

## EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO DO SURDO NO PROCESSO EDUCACIONAL

Lindacir Laurentino Lima de Medeiros<sup>1</sup> Rosana de Medeiros Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Pós-Graduada em Libras - Faculdades Integradas de Patos (FIP) – lindacirlaurentino@hotmail.com;

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande (CDSA) – medeirosrosana01@gmail.com.

**Resumo:** O presente estudo tem por objetivo contribuir com o processo de ensino e aprendizagem do surdo, utilizando formas de reestruturação da inclusão uma vez que, a inclusão do surdo no processo educacional precisa ser efetivada, pois claramente se percebe as diferentes formas de exclusão caracterizadas no processo educacional. A precarização da educação inclusiva reflete no pouco desenvolvimento intelectual do surdo, portanto, se faz necessário eliminar as barreiras que impedem a pessoa com surdez de evoluir gradativamente, pois nota-se que muitos deles possuem competências intelectuais respeitáveis e condições de superar esses desafios se forem utilizadas estratégias didático-metodológicas adequadas, no sentido de contribuir para a efetivação de uma aprendizagem promissora. Logo, em relação aos aspectos metodológicos, neste estudo foi realizada uma pesquisa de cunho teórico-bibliográfica, com enfoque qualitativo, tendo como base as contribuições de autores, como: Albres (2010), Bueno (1999), Mantoan (2006), Casarin (2012) entre outros. É evidente que, a precariedade da educação inclusiva reflete em necessidades que precisam ser resolvidas urgentemente, como capacitar os profissionais no ambiente escolar; mais investimento por parte das políticas públicas, dentre outros aspectos; pois nota-se que falta vontade por parte dos diversos atores sociais de realmente incluir, para de fato, disponibilizar conhecimentos eficientes para a formação da pessoa com surdez.

**Palavras-chave:** Educação, Inclusão, Surdos, Desenvolvimento.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta a necessidade de uma reestruturação no processo educacional inclusivo para que aconteça a aprendizagem efetiva do surdo no ambiente ao qual está inserido. Logo, se percebe que existe um bloqueio na comunicação entre surdos e ouvintes no ambiente escolar que acaba por desfavorecer a aprendizagem do surdo.

Participando ativamente do processo de inclusão do estudante com surdez, surgiu o desejo como autora desse estudo em contribuir positivamente para a efetivação da proposta inclusiva ofertada pelo sistema educacional brasileiro, no caso aqui em particular, partindo da realidade do município de Patos/PB, tendo em vista as diversas formas de exclusão vivenciadas pelos grupos que se sentem na condição de diferentes e a falta de aperfeiçoamento de profissionais capacitados nesse ambiente.

Portanto, o presente estudo tem por objetivo contribuir com o processo de ensino e aprendizagem do surdo, utilizando formas de reestruturação da inclusão. Assim sendo,

mediante os aspectos metodológicos, refere-se a uma pesquisa teórico-bibliográfica, com enfoque qualitativo, fundamentada nas contribuições de autores como Albres (2010), Bueno (1999), Mantoan (2006), Casarin (2012) entre outros.

Ou seja, esse estudo está dividido em cinco partes que estão assim distribuídas: a primeira refere-se a esse texto introdutório que apresenta em linhas gerais o presente estudo; na segunda parte foram destacadas as diferentes formas de exclusão caracterizadas no processo educacional e que muitas vezes tem se tornado invisível no ambiente escolar; em sequência na terceira parte foi evidenciada, a luz dos teóricos, a precariedade da educação inclusiva e a necessidade de capacitar profissionais nesse ambiente; na quarta parte foram apresentadas algumas estratégias didático-metodológicas para efetivação de uma aprendizagem promissora para pessoas surdas e na quinta e última parte foi apresentada a conclusão.

Ao final desse estudo, espera-se poder contribuir com o processo de ensino e aprendizagem da pessoa com surdez e que a inclusão aconteça de fato e de direito, pois se tem a esperança de que em um período breve todos os profissionais da educação consigam interagir com o surdo e que este se sinta parte integrante do ambiente educacional e social, podendo assim, desenvolver suas habilidades intelectuais de forma eficiente e eficaz.

## **DIFERENTES FORMAS DE EXCLUSÃO CARACTERIZADAS NO PROCESSO EDUCACIONAL**

Percebe-se que ao longo dos anos a proposta de incluir o surdo no processo educacional não tem sido tarefa fácil, apesar dos investimentos do Ministério da Educação e Cultura [MEC], das Leis, dos Decretos e inúmeros trabalhos realizados. Apesar dos avanços obtidos após a regulamentação da Língua Brasileira de Sinais [Libras], em 24 de abril de 2002, surgem os questionamentos de como efetivar na prática a inclusão do surdo no sistema educacional.

À medida que esse debate se torna complexo, surgem novos desafios, e o Ministério da Educação e Cultura [MEC], confirma os dados negativos e a necessidade da reestruturação no sistema regular de ensino. De acordo com Albres (2010, p.36) no Livro Surdos & Inclusão Educacional:

Constata-se, entretanto, que apesar do atendimento educacional integrado, os serviços educacionais existentes ainda estão distantes de promover, com qualidade, a real inclusão do surdo no sistema regular de ensino. Esse fato decorre, sobretudo, das inúmeras dificuldades encontradas no processo educativo desse aluno, principalmente no que se refere à utilização da Língua

Portuguesa escrita, da Língua Brasileira de Sinais – Libras, sua interpretação e recursos específicos necessários para o acesso ao saber pedagógico e, conseqüentemente para o progresso e sucesso na educação acadêmica.

Algumas ações precisam ser desenvolvidas e postas em prática, como a preparação de mais profissionais habilitados, não apenas com cursos básicos e pequenas formações, mas com propostas permanentes, formações continuadas que favoreçam um leque de aquisições de novos conhecimentos. O MEC é o órgão do Governo Federal que pode promover essa formação de forma eficaz, para que haja essa reestruturação no sistema de inclusão educacional do surdo no Brasil, no sentido não só de ofertar a formação, mas exigir o retorno dos investimentos mediante as ações realizadas.

Nota-se que são muitos os investimentos em adaptações físicas, porém percebe-se a falta de formação para o docente. Investe-se e não acompanha como está sendo o trabalho, não existe uma equipe que fiscalize se os investimentos estão sendo aplicados de maneira correta. Nisso, se depara em pleno século XXI com professores que lidam com estudantes surdos que não conseguem nem se quer dizer bom dia em Libras. São questões como estas que precisam ser revistas, analisadas e ressignificadas, pois estas são formas de exclusão caracterizadas no processo de educação.

Com base nestes dados tão excludentes, depara-se com jovens surdos desestimulados, muitos abandonam os estudos, pois não encontram apoio no ambiente escolar, no sentido de encorajá-lo, mostrando suas potencialidades e favorecendo um ambiente propício para seu aprendizado. Percebe-se que, na maioria das vezes o direito a educação e a aprendizagem são negados, muitas vezes não há nenhum intérprete, aquele que irá possibilitar a comunicação, que é obrigatório pela Lei, e em algumas situações não lhes é concedido.

Os surdos conquistaram alguns direitos, após muitas lutas, um desses direitos de suma importância é um intérprete que facilite a comunicação com os professores já que estes não conhecem a Libras. Contudo, essas conquistas não conseguem chegar à íntegra, em sala de aula, a fim de melhorar as condições dessa comunicação resultando enfim, na aprendizagem.

Recentemente se tem conhecimento que alguns surdos atendidos no Centro de Atendimento Educacional Especializado do município de Patos/PB, não tinham intérpretes em suas escolas de origem, outros reclamam que seu intérprete não consegue traduzir de forma clara o que o professor está explicando. São questões como estas que exclui, limitam o aprendizado do estudante surdo, e assim, desfavorecem a inclusão.

Não se pretende aqui dizer que sem o intérprete o surdo não aprende, pretende-se mostrar que o intérprete é uma exigência básica e necessária entre outras tantas que não acontecem e que reforça ainda mais o fracasso da inclusão. Inserir o diferente em salas de ensino regulares, não é necessariamente incluir. A esse respeito Bueno (1999, p.12) destaca:

Se não fizer parte integrante de uma política efetiva de diminuição do fracasso escolar e de uma educação inclusiva com qualidade, a inserção de uma disciplina ou a preocupação com conteúdos sobre crianças com necessidades educativas especiais pode redundar em práticas extremamente contrárias aos princípios e fundamentos da educação inclusiva: a distinção abstrata entre crianças que possuam condições para se inserir no ensino regular e as que não possuem, e a manutenção de uma escola que, através de suas práticas tem ratificado os processos de exclusão e de marginalização de amplas parcelas da população escolar brasileira.

A necessidade de capacitar e formar profissionais são gritantes, pois é diferente de acumular cursos e mais cursos, mas sim, de efetivar os profissionais envolvidos nesse processo, ou seja, dá ênfase a prática de profissionais que queiram atuar na área, que se disponha a mudar seus conceitos e melhorar sua prática na perspectiva inclusiva, oportunizando-lhes condições de trabalhar com os grupos diferentes e atendê-los de acordo com suas necessidades educacionais específicas.

A realidade hoje de muitas escolas ditas “inclusivas” é que não conseguem atender as necessidades mínimas de um surdo no Ensino Fundamental, como por exemplo, uma criança apenas no período matutino. Ou seja, a escola está adaptada fisicamente, com sala de recursos, materiais didáticos riquíssimos, porém com um corpo docente despreparado, sem condições de promover intelectualmente a aprendizagem dessa criança e, principalmente, que bloqueia seus avanços, acaba por minimizar os sonhos da família quando diz que o filho não consegue evoluir e que ficará retido para no ano seguinte, se submetendo a passar pelo mesmo processo excludente.

São experiências pessoais que chegam ao Centro de Atendimento Educacional Especializado e que se passa a dividir com os pais destas crianças, pois só se é capaz de fazer a diferença, mostrando que o filho/estudante surdo é capaz. Geralmente, o surdo advoga contra a inclusão, devido uma soma de acontecimentos desfavoráveis, a discriminação decorrente desfavorece a pessoa surda e este prefere uma escola para surdos em vez do modelo ofertado numa sala de aula com estudantes ouvintes.

A grande questão aqui é preparar profissionais para que haja uma reestruturação no sistema inclusivo de ensino e que favoreça a pessoa com deficiência, pois poucos profissionais que recebem estudantes surdos em suas salas de aula buscam novos conhecimentos, mas a escola precisa estar preparada para desenvolver as potencialidades desse estudante, tanto no aspecto pessoal, como social e profissionalmente.

## **PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NECESSIDADE DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS**

As dificuldades encontradas pelos estudantes surdos com a educação inclusiva vão desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e se conseguirem ingressar em um curso superior de ensino, esses desacompanharão em todo o processo de aprendizagem. Para Mantoan (2006), nessas condições infelizmente, a escola não está caminhando decisivamente na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para esses novos rumos, pois falta muita vontade de virar a escola do avesso.

O processo de inclusão do surdo tem sido marcado por grandes desafios, em toda a história do processo educacional para a pessoa com surdez os fracassos, erros e alguns acertos tem sido bem frequentes, situações precárias e excludentes ocorrem e se tornam invisíveis. A educação das pessoas com surdez não pode continuar sendo prejudicada, será preciso compreender onde e quem está fracassando.

Há material didático apropriado, escolas preparadas fisicamente para receber os estudantes que se sentem na condição de incluídos, verbas federais para a aquisição de novos materiais e até recursos didáticos mais sofisticados. A pergunta que não quer calar sobre a inclusão é a seguinte: Onde está o foco do fracasso para a aprendizagem e desenvolvimento do surdo?

O professor é peça fundamental nesse processo, como profissional da educação a ele compete à eficiência das práticas pedagógicas. Nesse sentido, se questiona: Esse profissional que lida diretamente com o surdo foi preparado em Cursos de Libras? A nova Política Nacional de Educação Especial, numa perspectiva inclusiva capacitou o corpo docente para que houvesse essa interação entre surdos e ouvintes?

O espaço escolar é um ambiente social onde as pessoas interagem, crescem e constroem um campo de comunicação, no entanto, se o ambiente não é favorável para a comunicação, porque neste ambiente a Língua Brasileira de Sinais não é reconhecida. Então, como o surdo irá desenvolver? Consegue-se detectar uma falha que precisa ser discutida na proposta da

perspectiva inclusiva, falha que não inclui, mas que segrega pessoas surdas e pessoas ouvintes. Conforme Dorziat (*apud* BRASIL, 2007, p.14), no livro Atendimento Educacional Especializado para a pessoa com Surdez,

O aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial. Esta autora observa que os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez. Assim, a escola comum precisa implementar ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez. Mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades em todos os sentidos.

A escola precisa estar preparada em todos os aspectos para receber a pessoa com surdez, não só na parte física, que é o que se tem visto na perspectiva inclusiva, mas a priori na parte humana, profissional, onde todos os professores que atuarão direto e indiretamente consigam se comunicar com o surdo na língua dele.

Foram aplicados alguns recursos federais para a formação de profissionais com cursos básicos de Libras, mas é importante ressaltar que uma nova língua não se adquire em um curso básico de quarenta ou sessenta horas. É preciso muito investimento, formações continuadas que garantam ao ser humano com surdez amplas possibilidades inclusivas. É necessário discutir mais do que a aquisição de uma nova língua, o ambiente educacional precisa ser estimulador, desafiador e que exercite a capacidade intelectual do surdo.

O ambiente oferecido atualmente é precário, são enormes dificuldades enfrentadas pelas pessoas com surdez no ambiente educacional, a falta de preparo começa na recepção que não consegue se comunicar da maneira mais simples possível. O surdo foi tirado das Escolas Especiais, pois estas escolas, agora com a nova proposta inclusiva, excluem os estudantes com deficiência, que foram colocados em escolas regulares em sua grande maioria com propostas excludentes.

O discurso na perspectiva inclusiva ainda não consegue oferecer o mínimo de inclusão social possível a pessoa com surdez, deixando-a a margem do processo educativo. Nesse sentido Mantoan destaca (2006, p.15) no Livro Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? Que,

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece a seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças [...]. A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber. Ocorre que a escola se democratizou, abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Por isso exclui os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino. A escola não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes instâncias epistemológicas, não se abre a novos conhecimentos que, até então, não couberam nela.

A escola necessita proporcionar aos estudantes os conhecimentos adequados às suas necessidades, criando possibilidades para que os diferentes grupos interajam e tenham as mesmas oportunidades. No que se refere aos surdos, essa marginalização das diferenças é ainda mais acentuada, porque se faz necessário ter acesso a uma nova língua, a Libras, para que haja a comunicação com a pessoa surda e, assim, o seu desenvolvimento educacional.

## **ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-METODOLÓGICAS PARA EFETIVAÇÃO DE UMA APRENDIZAGEM PROMISSORA PARA PESSOAS SURDAS**

De acordo com Albres (2010, p.62) no livro *Surdos & Inclusão Educacional*:

Para receber alunos surdos, à escola cabe desenvolver discussão e reflexão com seus profissionais, registrar suas possibilidades de atendimentos no projeto político- pedagógico em relação a matrícula de alunos com surdez. Deve-se identificar a presença de crianças surdas na escola desde matrícula. Proporcionar cursos de capacitação para seus profissionais, espaços de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais para educadores, pais e comunidade escolar.

Com esse novo olhar sobre como atender uma pessoa com surdez, de como lidar com essa deficiência, através de uma preparação antecipada e planejada pode-se possibilitar ao surdo uma aprendizagem satisfatória e diferente desta oferecida desde a década de 1990 com a consolidação da proposta inclusiva brasileira.

Logo, cabe a escola, aos educadores e a família primeiramente buscar novos métodos que facilitem esse acesso no processo educacional, pois estas são as peças mais importantes nesse processo. Percebe-se que a grande maioria das famílias não busca os direitos dos filhos surdos, ou melhor, dizendo, não sabem quais são os seus direitos. A família é a base primordial para o desenvolvimento do surdo, mas tem falhado como base estrutural e alicerce para o crescimento educacional, social e pessoal, uma vez que, não consegue se comunicar com seu filho, pois não conhece a Libras e com gestos caseiros tentam a comunicação.

É fundamental o trabalho conjunto entre família e escola, essa parceria torna-se forte para exigir dos órgãos competentes a inserção efetiva do surdo uma vez que, muitos são os avanços, algumas conquistas, mas falta muito a ser concretizado.

Outro fator importante para uma aprendizagem promissora da pessoa com surdez é o acompanhamento de um intérprete de Libras, que trabalhe em conjunto com o professor regente. Conforme Lacerda e Poletti (2009, p.169), “[...] é preciso que haja uma negociação prévia sobre o que cabe ao professor e o que cabe ao intérprete em relação ao aluno surdo, pois se observa que o não reconhecimento dessas atribuições pode gerar conflitos”.

Em vários momentos observam-se a falta de diálogo e respeito de ambas as partes, quando o conteúdo a ser trabalhado não é repassado pelo professor para que o intérprete tome conhecimento e se prepare melhor para a interpretação. Algumas vezes o professor “usa” o intérprete como seu ajudante particular para fazer seus mandados ou quando fala que vai ser intérprete para não fazer nada. Essas atitudes mostram que a função do intérprete ainda não está clara para o professor e que precisa ser discutida nas reuniões de planejamento.

As salas multifuncionais, as salas de Atendimento Educacional Especializado [AEE] existem, são equipadas para atender as deficiências específicas, porém falta um profissional capacitado em grande parte destas salas, pois muitas estão fechadas nas escolas, porque alguns gestores não tomaram conhecimento da sua importância.

Quanto às estratégias didático-metodológicas precisam ser revistas e reestruturadas para que aconteça a efetivação da aprendizagem da pessoa com surdez no processo de inclusão. Conforme Casarin (2012, p.249), no Livro Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica:

Nessa perspectiva, a aprendizagem somente se efetivará quando as atividades partirem do conhecimento já consolidados pelos alunos, isto é, conhecimentos adquiridos em outras experiências, sejam elas acadêmicas ou atividades informais, vividas fora da escola ou na escola. O que se pretende deixar claro aqui é que devemos proporcionar ações em sala de aula, que tenham um significado, sejam interessantes, oportunizando curiosidade, motivação e envolvimento.

Enfim, são novas alternativas e desafios que a escola precisa oferecer a pessoa com surdez a fim de suprir a precária inclusão educacional oferecida hoje, pois para Duarte (2013, p.82-83) “A surdez é uma deficiência que encontra maiores dificuldades dentro da escola, uma

vez que necessita de profissionais habilitados para dar ao aluno o suporte necessário a sua aprendizagem”.

O surdo utiliza o meio visual para o seu desenvolvimento em substituição à perda da audição, por isso a necessidade de utilizar diversos tipos de recursos visuais nas atividades realizadas, para que através do uso de imagens, faça a referência. Trabalhar com contos e histórias em Libras também é uma excelente opção para o surdo, assim como o teatro, tudo realizado através da Libras. Se o profissional não tiver esse conhecimento as dificuldades vão permanecer dentro do ambiente escolar.

A escola precisa fazer um trabalho que envolva toda a equipe, planejar especialmente com o intérprete da Libras para que antecipadamente organize o material a ser exposto e explicado para o surdo na língua dele. A esse respeito a autora se reporta a um projeto desenvolvido pela sua equipe, onde foi trabalhado o conto dos três porquinhos com todos os estudantes surdos, onde foi realizado um teatro com máscaras e em seguida cada um deles encenou, recontando o conto. Ou seja, foi desenvolvida uma atividade lúdica e prazerosa que surpreendeu a todos pelo desempenho apresentado pelos estudantes surdos.

Porém, é necessário que a escola e seus profissionais se abram para os novos conhecimentos e crie meios favoráveis para o desenvolvimento da pessoa surda, para que aconteça a verdadeira inclusão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao realizar o presente estudo percebeu-se a partir da leitura de alguns estudiosos da inclusão do surdo no processo educacional a forma excludente que lhes é destinado, e que desfavorece a aprendizagem da pessoa com surdez em suas diversas formas, vivenciadas pelos grupos diferentes, assim como a falta de uma preparação eficaz dos profissionais envolvidos nesse processo.

O estudo deu ênfase a uma análise bibliográfica, no sentido de além de evidenciar as várias formas de exclusão vivenciadas pelo estudante surdo no processo educacional inclusivo, também sugerir estratégias para uma reestruturação no processo de inclusão do surdo, com a contribuição de alguns teóricos, capaz de favorecer subsídios para o tema proposto.

Portanto, foram inquietações que nasceram a partir da interação com o surdo e seu processo educacional, que despertou o desejo de contribuir positivamente para a efetivação do processo inclusivo. Assim, foi visitando os ambientes educacionais que os surdos fazem parte,

conversando com os professores e em alguns cursos básicos de Libras disponibilizados num momento para troca de conhecimentos que essa interação ocorreu, pois se sabe que o surdo possui competências intelectuais excelentes que, se forem trabalhadas devidamente, os mesmos conseguirão desenvolvê-las.

Enfim, esse estudo foi possível no sentido de contribuir com a efetivação da inclusão do surdo no processo educacional, e mesmo de forma tímida, apresentar sugestões didático-metodológicas, como forma de favorecer a pessoa surda uma aprendizagem promissora.

## **REFERÊNCIAS**

ALBRES, Neiva de Aquino. **Surdos & inclusão educacional**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2010.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.

CASARIN, Melânia Melo. Ações para incluir e práticas pedagógicas na educação de surdos. In.:SILUK, Ana Cláudia Pavão (Org.) **Atendimento educacional especializado: contribuições para a prática pedagógica**. Santa Maria: UFSM, Centro de Educação, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2012.

DORZIAT, Ana. Democracia na escola: bases para igualdade de condições surdos-ouvintes. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro: INES. n.º 9, p. 24 -29, janeiro-junho,1998. In.: DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez**. SEESP/SEED/MEC: Brasília/DF, 2007.

DUARTE, Soraia Alves. Surdez: escola como instrumento de Inclusão. In.: SILUK, Ana Cláudia Pavão Siluk (Org.) **Atendimento educacional especializado: processo de aprendizagem na universidade**. Santa Maria: UFSM, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2013.

LACERDA Cristina B. F. de; POLETTI Juliana Esteves. A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de Língua de Sinais. In.: FÁVERO Osmar; FERREIRA,



Windyz; IRELAND Timothy e BARREIROS Débora. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.